

Resenha da tese:**TRAÇOS DE COMPAIXÃO E MISERICÓRDIA NA HISTÓRIA DO PARÁ: INSTITUIÇÕES PARA MENINOS E MENINAS DESVALIDAS NO SÉCULO XIX ATÉ INÍCIO DO SÉCULO XX.****Celita Maria Paes de Souza****Tese (Doutorado em Educação: Currículo)****Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP.****Ano de Defesa: 2010.****Resenha por: Paulo Sérgio de Almeida Corrêa¹**

Celita Maria Paes de Sousa possui graduação em Pedagogia (1985); qualificou-se com a formação para pesquisa no Mestrado em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004) e consolidou esse preparo de alto nível no doutorado em Educação: Currículo na mesma instituição (2010). Atualmente exerce o cargo de professor adjunto I na Faculdade de Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará; é coordenadora adjunta do Curso de Especialização em educação infantil; com experiência na área de Educação, com ênfase seguintes temas: educação infantil, história da infância e da educação infantil, políticas educacionais, currículo da educação infantil.

O objetivo geral da pesquisa é o de investigar e analisar a história das instituições para meninos e meninas desvalidas no Pará, e, como meta, a perspectiva de alcançar os seguintes objetivos específicos: investigar as principais instituições dedicadas a atender meninos e meninas desvalidas, no Pará, a partir do século XIX até meados do século XX; investigar a origem do atendimento aos desvalidos, desde a infância; analisar a organização e o funcionamento das instituições; analisar as concepções adotadas sobre meninos e meninas desvalidas no seio da sociedade e nos discursos oficiais; analisar a participação das políticas públicas para o incremento das instituições de atendimento.

A investigação foi empreendida com intuito de responder as seguintes questões: como surgiram as instituições para meninos e meninas desvalidas? De que maneira as crianças desvalidas antes dos sete anos foram atendidas? De que forma as instituições se organizaram quanto a espaço, tempo e currículo? Quais as concepções e prioridades adotadas nas instituições para meninos e meninas desvalidas nos discursos oficiais? Como os rebatimentos conjunturais da história paraense contribuíram com a organização das instituições? E por último, como as políticas públicas direcionadas ao atendimento dos (as) desvalidos (as) estiveram presentes ou ausentes nas ações das administrações da província?

A pesquisa constitui resultado dos estudos visando à produção da Tese de Doutorado defendida no ano de 2010, a qual teve seu desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no intuito maior de obter o título de Doutor em Educação: Currículo, sob a orientação do Professor Doutor Antonio Chizzotti.

Foi delimitado o período que vai do início do século XIX até os primeiros anos do século XX, mais precisamente até 1912. A opção pelo limite temporal inicial nos oitocentos se justifica pelo momento da criação, em 1804, da primeira instituição para o acolhimento das meninas desvalidas, conhecida como Casa das Educandas ou Recolhimento das Educandas. O limite final foi escolhido por coincidir com o

encerramento do ciclo da borracha (1870 a 1912). Este ciclo promoveu grandes mudanças urbanas, culturais e políticas em toda a Amazônia, em decorrência dos excedentes da economia da borracha. Os reflexos deste excepcional ciclo de acumulação na capital do estado, Belém, configuram o período conhecido como Belle Époque. É quando surgem instituições mais bem estruturadas para atendimento de meninas e meninos desvalidos. Entre as principais, a primeira a ser criada para atender meninos, foi o Instituto de Educandos Artífices do Pará, em 1872, que, mais tarde, em 1897, passou a se chamar Instituto Lauro Sodré. A segunda, destinada às meninas, o Instituto Gentil Bittencourt, foi criada em 1897. A pesquisa, embora abranja as instituições para meninos e meninas desvalidas, dá maior ênfase ao gênero feminino.

O estilo de escritura adotado pela autora e o rigor teórico-metodológico adotados no exame das fontes históricas bibliográficas, documentais e iconográficas às quais recorre para sedimentar suas interpretações a respeito dos acontecimentos e fatos históricos, tornam o texto inteligível e permitem uma apreensão dos aspectos fundamentais configuradores da temática inspecionada.

A autora articulou a produção do conhecimento histórico em torno da *história da infância desvalida*; do papel desempenhado pelas *instituições educativas*; e as medidas implantadas no campo da *educação de meninos e meninas desvalidos*. Com base nessas categorias analíticas, a autora expressa os motivos que a fizeram optar pela construção de sua tese doutoral:

Assim, o presente trabalho se justifica pela necessidade de aprofundar estudos sobre as questões relativas à história das instituições de meninos e meninas desvalidas no Pará, sua capital Belém em particular, por sua relevância para a história da educação na região amazônica e no Brasil. E ainda, porque, a despeito de inúmeros esforços, carecemos de um maior número de estudos que possam dar conta, sob o ponto de vista científico, do conhecimento da forma como foram constituídas as bases da organização do atendimento da nossa infância desvalida e da sua educação (p. 14-15).

Quanto ao quadro de referências proposto pelo autor, tratou-se de uma investigação marcada pelo caráter histórico e historiográfico, cujas bases estão assentadas no “estudo das instituições de meninos e meninas desvalidas”.

Em relação ao suporte teórico adotado no embasamento do estudo, a autora teve seu apoio em “trabalhos que abordassem o período delimitado, ou seja, entre o início do século XIX até meados de século XX, relativos à história da infância desvalida e também das instituições para meninos e meninas” (p. 13).

Houve consulta ao trabalho de Figueiredo (2004), intitulado “Memórias da infância na Amazônia”, no qual o autor recolhe as “lembranças de alguns literatos que viveram sua infância e adolescência na Amazônia, nas primeiras décadas do século XX. E que já adultos, colocaram no papel algumas de suas memórias”. Nesse trabalho, o autor percorre as experiências e vivências desses literatos, nas brincadeiras de ruas, costumes e culturas dos contextos de Belém e Manaus, incluindo as lembranças da escola que frequentaram.

Por outro lado, nota-se que outros trabalhos da historiografia paraense foram localizados, como de Bezerra Neto (1993), “As luzes da civilização: Instrução Pública, Institutos e Asylos Católicos na Província do Pará (1870/1889)”, e também, de Rizzinni (2004), privilegiando o século XIX e XX, entre outros. Em especial vale ressaltar este último que realiza uma abordagem muito próxima àquela pretendida por Celita Maria Paes

de Sousa, mas que o faz no contexto mais amplo da educação e instrução pública nas províncias do Pará e do Amazonas, no período de 1850 a 1889, com ênfase na educação das crianças indígenas. Diferentemente dessa abordagem, restringiu e aprofundou seu foco sobre a temática naquilo que, particularmente, diz respeito às instituições para o atendimento de meninos e meninas desvalidos na cidade de Belém, com uma abrangência temporal maior, e uma incursão às origens de atendimento, inclusive às crianças menores desvalidas que se estende aos primórdios da colonização da Amazônia e à fundação da cidade.

Na mesma intensidade recorreu a autores que estudaram o assunto em outras regiões do Brasil, e que apresentam em seus trabalhos formulações teóricas que lhe abriram horizontes mais amplos quanto à construção do conhecimento em história da educação, da infância desvalida e/ou instituições para meninos e meninas desvalidas. Nessa busca, consultou nos trabalhos de Kuhlmann Jr. (1992, 1998,), Del Priore (1995; 2004), Freitas e Kuhlmann (2002), Faria Filho (2004), Marcílio (2006), Rizzini (1993; 2000; 2004), Freitas (2001) e Venâncio (1999), os referenciais iniciais para essa construção do quadro teórico necessário para consolidação do estudo.

Portanto, nesse cenário nacional, a história das instituições para desvalidos no Pará se insere, com sua trajetória peculiar, como um movimento social que ora apresenta influências religiosas, ora políticas, ora médico-higienistas, jurídicas ou ainda a combinação dessas várias tendências, como dito anteriormente (p. 14).

No aspecto metodológico, o estudo se firmou na consulta ao acervo bibliográfico já existente sobre a temática, assim como contou com o respaldo das fontes primárias expressas em documentos oficiais.

Ao rastrear fontes primárias e secundárias a pesquisadora obteve acesso ao acervo do Arquivo Público do Pará, e na Biblioteca Pública Arthur Vianna, no seu setor de Obras Raras. Tais acervos são referências na Amazônia e no Brasil, por abrigar preciosidades documentais. A dificuldade encontrada no acesso aos acervos refere-se, compreensivelmente, à restrição ao empréstimo ou fotografia com utilização de “flash”. Com isso, o conteúdo dos documentos e livros tem que ser copiado ou fotografado sem iluminação artificial.

Foram consultadas revistas, livros e alguns poucos periódicos da época. A autora optou por dar destaque à leitura e análise dos documentos oficiais, priorizando relatórios, mensagens, discursos, falas e exposições dos governos provinciais, bem como portarias, decretos, pareceres, e outros. Uma boa parte do material foi por ela fotografado ou digitado, além de ter copiado algumas informações colhidas nos arquivos.

As visitas da pesquisadora à biblioteca e ao museu da Santa Casa Paraense, também trouxeram contribuições importantes para o trabalho em relação à memória e à história desta instituição. Além disso, agendou e conversou com o professor doutor Alípio Bordalo, acessível e gentil nos seus quase oitenta anos, que é o responsável pela idealização e criação do museu da instituição e, sem dúvida, um grande conhecedor da história da misericórdia no Pará.

De acordo com os relatos da estudiosa, tempo maior foi dedicado à leitura e análise dos documentos oficiais da Província do Pará, do período de 1830 até 1912, por trazerem, de forma sistemática, as maiores e melhores informações sobre instituições de meninos e meninas desvalidas. Em função da análise dos documentos oficiais, reputou pertinente conjugá-las com outras fontes de pesquisa, assim as fontes secundárias estiveram presentes também, subsidiando todo trabalho. O primeiro motivo que a levou a essa decisão diz

respeito à ampliação do leque de investigações e análises. O segundo, à necessidade de localizar outras informações, em especial, àquelas relacionadas à história da origem e desenvolvimento da cidade de Belém, que permitissem abordar o atendimento de bebês abandonados, cujo destaque é o trabalho desenvolvido pela Santa Casa de Misericórdia Paraense.

Quando do processo de busca e consolidação das informações, Celita Maria Paes de Sousa percorreu as páginas dos livros de autores que tratam da historiografia regional, dos séculos XIX e XX, que serviram como contraponto das análises. A leitura dessas obras possibilitou-lhe avaliar algumas diferenças entre os autores do final dos oitocentos e início do século passado em relação aos atuais, o que a fez investigar um pouco mais seus respectivos perfis, dando-lhe melhor compreensão acerca da produção historiográfica.

Além dessas fontes, apoiou seus argumentos em registros fotográficos das instituições e da vivência de meninos e meninas nesses espaços, tendo conseguido localizar e reproduzir algumas imagens contidas em documentos da época. A fotografia aparece em dois capítulos do trabalho, e a opção de resgatar essas imagens veio da necessidade de tentar rastrear o olhar do fotógrafo sobre o que seria menino (a) desvalido (a) o que, de certo modo, virá contribuir para melhor compreender qual seria o olhar de grande parte da sociedade da época sobre eles. É como se fosse a tentativa de pinçar vivências silenciadas pelos documentos daqueles que não tinham eco nos escritos dos adultos, como lembra Kossoy quando diz que “toda fotografia é um resíduo do passado”. Portanto, buscou aí, nesses documentos fotográficos, os resíduos históricos dos (as) desvalidos (as) ocultados nos documentos escritos oficiais. Ou como nos diz Furtado, “para deixar que a própria imagem expresse palco, atores, cenários sociais e ambientais onde se inserem”.

Destaque-se a exigência da pesquisa concernente à necessidade de uma clara delimitação semântica dos significados da palavra desvalido (a) no período investigado. Os significados encontrados foram semelhantes, nos autores e documentos localizados, tanto do século XIX, quanto do século XX. Desse modo, desvalido (a) passou a ser entendido como aquele ou aquela que não tem valimento, desprotegido, desamparado, desgraçado.

Quanto às categorias dos desvalidos ou desvalidas de que trata esta pesquisa no Pará, coincide com muitas das já realizadas no resto Brasil, a saber: crianças indígenas, negras, mestiças, caboclas, pobres, abandonadas e órfãs. E, em se tratando de qualquer dessas categorias, essas crianças tiveram vivências e experiências marcadas pela miséria, exploração e humilhação, poucas delas escapando dessa lógica perversa. Na grande sua maioria, com pouco tempo e direito de ter infância, de brincar e de ter afetos, sendo que os poucos momentos de alegria, de brincadeira ou de prazer eram vivenciados nos seus núcleos familiares, quando não eram afastadas precocemente dos seus pares.

A produção textual da tese está configurada em cinco capítulos. No primeiro Celita Maria Paes de Sousa percorreu a produção de autores que tratam da história do Pará, em especial da cidade de Belém, priorizando a origem da cidade e seu desenvolvimento, nos aspectos urbano, econômico e demográfico. Investiguei, também, as populações, etnias e raças, e busquei compreender o que esses segmentos representaram e contribuíram para a identidade amazônica da população paraense. O outro ponto destacado no capítulo é a Cabanagem, o mais importante movimento político da região.

No segundo, fez-se a abordagem sobre a origem do atendimento no Pará para a infância desvalida e seus desdobramentos, como é o caso do trabalho desenvolvido pela Santa Casa de Misericórdia Paraense, com o breve funcionamento da sua Casa dos Expostos.

Quanto ao terceiro momento, a partir das análises dos relatórios da província do Pará, no século XIX, discutiu-se a origem das primeiras instituições para meninas desvalidas, desde o Recolhimento da Educandas, Colégio do Amparo e outras instituições, verificando a trajetória institucional, seus avanços e problemas.

Reservou-se ao quarto capítulo a análise do funcionamento e práticas da instituição mais tradicional para as meninas desvalidas no Pará, o Instituto Gentil Bittencourt.

Com relação ao quinto e último capítulo o enfoque recaiu sobre as instituições para o atendimento de desvalidos do sexo masculino, cujo registro foi avaliado pela pesquisadora como importante para uma melhor compreensão do contexto de acolhimento aos desvalidos no Pará.

Quanto às conclusões formuladas, ao final de cada capítulo são apresentadas as reflexões conclusivas parciais a que chegou a autora em razão da produção do conhecimento a respeito da temática investigada. Desse modo, ao final da construção da tese a pesquisadora formula suas Considerações Finais.

O estudo revela, antes de tudo, que as ordens religiosas tiveram um papel preponderante na criação e manutenção das instituições para meninas desvalidas. E que as ações do poder público, relacionadas ao atendimento das necessidades de acolhimento tanto de meninas como de meninos desvalidos, só começaram a se fazer mais presentes no final do século XIX, impulsionadas pelas mudanças econômicas e sociais fruto de um novo modelo de Estado republicano que postulavam o progresso da nação através da educação e pela instrução.

Celita Maria Paes de Sousa apresenta suas inferências destacando que em relação aos documentos oficiais analisados, percebeu que, a partir do final do Império e início do período republicano, as informações relacionadas às instituições tornam-se mais escassas, só sendo retomadas em maior proporção e detalhes no início dos novecentos. Atribui a ocorrência de tais fatos em razão dos momentos conturbados da política local que se refletiram na qualidade dos relatórios.

Ressalta, também, a importância dada à educação no início dos novecentos, percebida quando da retomada das informações educacionais mais detalhadas dos relatórios. Os termos desvalido e desvalida utilizados nos documentos gradativamente foram substituídos por educando (a), aluno (a). Porém, certificou-se que a mudança de fato se deu mais no registro dos documentos, pois na esfera social e moral reinante, as meninas e os meninos eram vistos como algo desvalido (a), o que se comprovava nas formas de ensinar, nas escolhas do currículo e nas formas de tratamento como o sistema de vigilância e punição, por exemplo. Em relação a este último aspecto, vale destacar que a forma de vigiar e punir nas instituições se diferenciava sendo que dos meninos se aproximava de um regime prisional, com penalidades por vezes extremamente severas. No caso das meninas, quando as referências aparecem, percebe-se que as punições têm um caráter mais brando.

As fontes bibliográficas e documentais contribuíram para entender que na virada de regime no país, as instituições passaram a ter uma organização e destinação de caráter mais educacional, e menos caritativo e filantrópico. Isso, sem dúvida, está refletido num modelo mais “escolarizante” destinado principalmente aos meninos. Mas, de qualquer modo, havia também nessa escolarização uma distinção já referida que previa aos meninos uma formação para se tornarem bons trabalhadores, enquanto que às meninas estava destinada a função de boas esposas e mães.

Os documentos apropriados na construção da tese auxiliam a desvelar algumas questões de gênero, quando se percebe que os meninos foram foco de menor preocupação no atendimento por instituições para desvalidos. Tal situação decorreu da existência da

concepção, até hoje ainda presente em muitos casos, do sexo considerado forte e que tudo pode, bem menos vulnerável que a mulher, e que não precisa de tanta proteção.

Por sua vez, Celita Maria Paes de Sousa identificou que os registros fotográficos, ainda que em pequena quantidade, revelam uma diferença de composição étnica nas instituições, havendo, nas destinadas à população masculina, uma maior incidência de negros e pardos, do que naquelas de atendimento às meninas.

E desfecha suas análises asseverando que as instituições para meninos e meninas desvalidas são registros de memórias, de vivências, de um tempo já há muito passado, que tentamos recuperar, pelo menos em parte, através de documentos e outros materiais. Uma tarefa delicada, se considerarmos que os sujeitos dessa trama não tiveram como se expressar, mesmo se tratando de parcelas em maioria na sociedade da época. E, como acontece quase sempre com a história dos oprimidos, aquela que conteria a sua voz é feita de fragmentos, pistas e sinais que não puderam ser silenciados. Mas alguns desses fragmentos, pistas e sinais, sem dúvida estão presentes nesse estudo, ajudando a comprovar a importância que as instituições de acolhimento e educação tiveram na vida de meninos e meninas desvalidas no Pará.

Verifica-se, portanto, que o trabalho desenvolvido deixa como legado significativas contribuições à História da Educação no Pará, na Amazônia e no Brasil, em razão do movimento epistemológico em torno da construção teórico-metodológica do conhecimento que, ao eleger a realidade local, dialogou com autores que refletiram sobre outros contextos em que o fenômeno da educação da infância desvalida se converteu em objeto de reflexão.

De igual modo, os resultados desse estudo projetam efeitos sobre a pesquisa em educação, à medida que houve reunião em um só produto cultural – a tese – de parte significativa das fontes bibliográficas e do acervo documental relativos às instituições de caridade e dos órgãos estatais implicados nas narrativas expressas nos vestígios da memória da infância desvalida no Pará provincial e republicano.

Em meio à magnitude das reflexões e interpretações entretecidas nas análises realizadas por Celita Maria Paes de Sousa, há predomínio da presença do Estado enquanto sujeito do processo histórico, pois dele são provenientes os sentidos atribuídos aos desvalidos por meio dos *discursos, falas, relatórios, mensagens, e exposições* contidas nos impressos dos textos legais, assim como nos sentidos intencionalmente autorizados a circular mediante uso da documentação fotográfica colecionada no Álbum do Estado do Pará e nas Monografias produzidas sob sua inspeção.

Sob esse prisma de um sujeito imperioso, instalado no decorrer de quase todo o século XIX, e republicano em sua década final e primeiros 22 anos do século XX, o Estado se apresentava onipotente em seu desejo de higienizar a sociedade, mediante recolhimento para purificação de meninos e meninas desvalidos, sistematicamente submetidos a regimes disciplinares que se efetivavam sob auspícios das instituições de caridade preocupadas em torná-los úteis ao meio social moralizador e devotado ao trabalho.

ⁱ Paulo Sérgio de Almeida Corrêa

Universidade Federal do Pará – Instituto de Ciências da Educação
Av. Perimetral s/n Campus Universitário do Guamá – Setor Profissional
CEP: 66075-110 – Belém – Pará – Fone/Fax: (91) 3201 7281
www.ufpa.br/ce/ppged/
E-mail: paulosac@ufpa.br